

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 132 - JULHO DE 2020

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	2

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	4
Decretos.....	5

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....	6
Pareceres.....	8

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Alisson de Bom de Souza

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
Sérgio Laguna Pereira

GOVERNO DE
SANTA CATARINA



LEGISLAÇÃO ESTADUAL

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 17.950

3 DE JUNHO DE 2020

Ementa: reconhece o transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.951

16 DE JUNHO DE 2020

Institui a “Semana Estadual de Divulgação e Conscientização das Doenças Inflamatórias Intestinais - Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa”. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.952

23 DE JUNHO DE 2020

Estabelece medidas, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional

do poder executivo, para enfrentamento do estado de calamidade pública declarado pelo decreto legislativo nº 18.332, de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, em conformidade com o disposto na lei federal nº 13.979, de 2020. ([Inteiro teor](#))

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 762

16 DE JUNHO DE 2020

Altera os arts. 105 e 109 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETOS

DECRETO Nº 630

1 DE JUNHO DE 2020

Altera o decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do cobrade nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento a covid-19, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 631

1 DE JUNHO DE 2020

Homologa a resolução nº 03, de 2020, da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) e altera o art. 2º do decreto nº 417, de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 633

2 DE JUNHO DE 2020

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovada pela lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 634

2 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 635

2 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 636

2 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 637

2 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 638

2 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 639

2 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 640

2 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 641

3 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do conselho estadual de educação (CEE/SC). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 644

3 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 645

3 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 646

5 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 648

5 DE JUNHO DE 2020

Altera o anexo único do decreto nº 1.323, de 21 de dezembro de 2012, que aprova a classificação da despesa pública para o estado de santa catarina e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 649

5 DE JUNHO DE 2020

Altera os decretos nº 1.027, de 2008, nº 913, de 2012, e nº 1.048, de 2012. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 650

5 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 651

5 DE JUNHO DE 2020

Altera o decreto nº 630, que altera o decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do cobrade nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento a covid-19, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 654

15 DE JUNHO DE 2020

Introduz a alteração 4.115 no ricms/sc-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 655

15 DE JUNHO DE 2020

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovada pela lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 656

15 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 657

15 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 658

16 DE JUNHO DE 2020

Altera o anexo único do decreto nº 144, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 660

16 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 661

16 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 662

16 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 663

17 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o Comitê de Gerenciamento da

Bacia Hidrográfica do Rio das Antas, Bacias Contíguas e Afluentes Catarinenses do Rio Peperi-guaçu (Comitê Antas e Afluentes do Peperi-guaçu). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 664

17 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá e Afluentes Catarinenses do Rio Mampituba (Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 665

17 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú e Bacias Contíguas (Comitê Camboriú). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 666

17 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas e Afluentes Catarinenses do Rio Pelotas (Comitê Canoas e Pelotas). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 667

17 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Canoinhas e Afluentes Catarinenses do Rio Negro (Comitê Canoinhas e Afluentes do Negro). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 668

17 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas do Rio Chapecó, do Rio Irani e Bacias Contíguas (Comitê Chapecó e Irani). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 669

17 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí e Bacias Contíguas (Comitê do Itajaí). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 670

17 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu e Bacias Contíguas (Comitê Itapocu). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 671

17 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e Bacias Contíguas (Comitê Jacutinga). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 674

19 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 675

19 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 676

19 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 677

19 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 678

19 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 679

19 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 684

23 DE JUNHO DE 2020

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 685

24 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 686

24 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 687

24 DE JUNHO DE 2020

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 688

24 DE JUNHO DE 2020

Altera o Decreto nº 1.152, de 2012, que cria a Coordenadoria de Operações Policiais Especiais (COPE) no âmbito da Polícia Civil do Estado, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 689

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

DECRETOS

24 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o Canil Central da Academia de Polícia Civil do Estado de Santa Catarina (ACA-DEPOL) e os Núcleos de Operações com Cães (NOCs). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 690

24 DE JUNHO DE 2020

Introduz as alterações 54ª a 82ª no RNGDT/SC-84 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 691

25 DE JUNHO DE 2020

Altera o Anexo Único do Decreto nº 650, de 2020, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Pública Estadual

Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 692

27 DE JUNHO DE 2020

Decreta Luto Oficial. ([Inteiro teor](#))

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 14.007

2 DE JUNHO DE 2020

Extingue o fundo formado pelas reservas monetárias de que trata o art. 12 da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966; dispõe sobre a destinação dos recursos oriundos do fundo; revoga o art. 12 da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966; e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.008

2 DE JUNHO DE 2020

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 343.623.574.293,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.009

3 DE JUNHO DE 2020

Altera o art. 125 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência nas salas de cinema. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.010

10 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.011

10 DE JUNHO DE 2020

Aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; altera as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.636, de 15 de maio de 1998, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 13.259, de 16 de março de 2016, e 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, e o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; revoga dispositivos das Leis nos 9.702, de 17 de novembro de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 13.874, de 20 de setembro de 2019; e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.012

10 DE JUNHO DE 2020

Denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da rodovia BR-116 compreendido entre o Município de Pacajus, no Estado do Ceará, e a divisa do Estado do Ceará com o Estado de Pernambuco. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.013

10 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020; e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.014

10 DE JUNHO DE 2020

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 892.000.000,00 (oitocentos e noventa e dois milhões de reais), para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.015

15 DE JUNHO DE 2020

Altera as Leis nos 13.460, de 26 de junho de 2017, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para dispor sobre a interrupção e a religação

ou o restabelecimento de serviços públicos. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.016

23 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.017

29 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 14.018

29 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.386**2 DE JUNHO DE 2020**Dispõe sobre a Aviação do Exército. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.387****5 DE JUNHO DE 2020**Altera o Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, para dispor sobre incentivo ao financiamento de projetos de infraestrutura com benefícios ambientais e sociais. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.388****5 DE JUNHO DE 2020**Regulamenta o § 1º do caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, de uso humano, industrializados e manipulados, e de suas embalagens após o descarte pelos consumidores. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.389****5 DE JUNHO DE 2020**Dispõe sobre a qualificação dos projetos minerários em áreas para pesquisa ou lavra de recursos minerais colocadas em disponibilidade pela Agência Nacional de Mineração no exercício de 2020 no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.390****5 DE JUNHO DE 2020**Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais do setor portuário e do setor de transporte rodoviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.391****5 DE JUNHO DE 2020**Restaura a vigência do Decreto nº 93.206, de 3 de setembro de 1986, e revoga o Decreto nº 10.386, de 2 de junho de 2020, que dispõem sobre a Aviação do Exército. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.392****9 DE JUNHO DE 2020**Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal do setor ferroviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.393****9 DE JUNHO DE 2020**Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.394****10 DE JUNHO DE 2020**Altera o Decreto nº 10.341, de 6 de maio de 2020, que autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.395****10 DE JUNHO DE 2020**Altera o Anexo ao Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, que dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.396****10 DE JUNHO DE 2020**Promulga o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, firmado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 2000. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.397****16 DE JUNHO DE 2020**Dispõe sobre a execução do Septuagésimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2, firmado pela República Federativa do Brasil e pela República Oriental do Uruguai, em 16 de maio de 2014. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.398****16 DE JUNHO DE 2020**Altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para definir a base do Cadastro Único a ser utilizada para pagamento do auxílio emergencial estabelecido pelo art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.399****16 DE JUNHO DE 2020**Altera o Decreto nº 10.366, de 22 de maio de 2020, para alterar a vigência de dispositivos. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.400****16 DE JUNHO DE 2020**Altera o Decreto nº 9.678, de 2 de janeiro de 2019, e o Decreto nº 10.372, de 25 de maio de 2020, que dispõem sobre a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Casa Civil da Presidência da República. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.401****17 DE JUNHO DE 2020**

Altera o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de feve-

reiro de 2005. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.402****17 DE JUNHO DE 2020**Dispõe sobre a adaptação do instrumento de concessão para autorização de serviço de telecomunicações e sobre a prorrogação e a transferência de autorização de radiofrequências, de outorgas de serviços de telecomunicações e de direitos de exploração de satélites. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.403****19 DE JUNHO DE 2020**Altera o Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.404****22 DE JUNHO DE 2020**Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, que institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.405****25 DE JUNHO DE 2020**Altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, o Decreto nº 5.820, de 29 junho de 2006, o Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, e o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, aprovado pelo Decreto nº 9.942, de 25 julho de 2019, para dispor sobre a execução dos serviços de radiodifusão e o processo de licenciamento de estações. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.406****29 DE JUNHO DE 2020**Altera o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, para prorrogar o prazo de remanejamento dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS alocados, em caráter temporário, no Ministério da Educação. ([Inteiro teor](#))**DECRETO Nº 10.407****29 DE JUNHO DE 2020**Regulamenta a Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020, sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia no País. ([Inteiro teor](#))

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE 036/20 26.05.2020

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 104 do Anexo I do Decreto nº 1.485, de 7 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, para comporem a Comissão Técnica do Planejamento Estratégico, de Projetos e do Aperfeiçoamento de Processos da Procuradoria-Geral do Estado, sob a presidência do Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos, RODRIGO ROTH CASTELLANO, os Procuradores do Estado SÉRGIO LAGUNA PEREIRA, GIAN MARCO NERCOLINI, RICARDO DE ARAÚJO GAMA, ALINE CLEUSA DE SOUZA, ANDRÉ DOUMID BORGES e BRUNO DE MACEDO DIAS; e os servidores CAROLINA

FERREIRA HAIDE PACHECO, DIONE ANDREIA FOLLMANN e GUILHERME WENDHAUSEN PEREIRA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria PGE/GAB 034/2019, de 11 de março de 2019.

ALISSON DE BOM DE SOUZA Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 037/20 18.06.20

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, considerando a necessidade de acompanhamento e avaliação das diretrizes impostas pela Lei federal nº 13.079, de 14 de

agosto de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação das diretrizes impostas pela Lei federal nº 13.079, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado. Art. 2º A Comissão de que trata o art. 1º será composta pelos Procuradores do Estado, MARCELO MENDES e ANDRÉ DOUMID BORGES, pela Diretora de Apoio Técnico, CAROLINA HAIDE PACHECO e pelo Gerente de Tecnologia da Informação, ANDRÉ BASTOS, sob a presidência do primeiro. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA Procurador-Geral do Estado

PARECERES

PARECER Nº 263/20-PGE

PROCESSO: IMETRO 15/2017

INTERESSADO: Instituto de Metrologia de Santa Catarina

AUTOR: André Emiliano Uba

EMENTA: Minuta de Anteprojeto de Lei, oriunda do Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO/SC). Questionamentos do Grupo Gestor de Governo (GGG). Necessidade de atendimento do procedimento estabelecido no Decreto nº 724, de 18 de outubro de 2007. Remessa dos autos à origem.

PARECER Nº 264/20-PGE

PROCESSO: PCSC 52135/2019

INTERESSADO: Polícia Civil de Santa Catarina - PCSC

AUTOR: Marcelo Mendes

EMENTA: Cumprimento de decisão judicial transitada em julgado no processo n. 0007558-85.2017.8.24.0033, da 2ª Vara Criminal de Itajaí. Perda de cargo público. Servidor da PCSC. Orientação técnica. Requisitos para desligamento do serviço público

PARECER Nº 266/20-PGE

PROCESSO: SCC 812/2018

INTERESSADO: Gabriel Petersen Tirado

AUTOR: Francisco José Guardini Nogueira

EMENTA: Processo administrativo de verificação de regularidade de ato. recurso

de queixa. ausência de nulidades processuais. contraditório e ampla defesa oportunizados. cumprimento dos requisitos legais. encaminhamento à casa civil para posterior remessa ao excelentíssimo senhor governador do estado para julgamento

PARECER Nº 270/20-PGE

PROCESSO: SEF 3494/2020

INTERESSADA: Diretoria de Contabilidade e Informações Fiscais

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Direito Tributário e Financeiro. Contribuição PASEP. Pessoa Jurídica de Direito Público Interno. Recursos destinados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19. Hipótese de incidência e composição da base de cálculo. Lei nº 9.715/98, arts. 2º, III e § 7º, e art. 7º. SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 278, de 2017. Parecer nº 192/2018, desta COJUR. A base de cálculo do PASEP devido pelas pessoas jurídicas de direito público interno é composta pelo valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, à exceção das transferências voluntárias. 1. Doações de particulares. Receitas públicas correntes. Incidência. 2. Receitas transferidas pelos Poderes e Órgãos ao Executivo. Não incidência. 3a. Doação da Justiça Federal e do Ministério Público Federal. Transferência voluntária.

Não incidência. Art. 2º, § 7º, da Lei nº 9.715/98. 3b. Transferência intergovernamental, no âmbito do SUS, fundo a fundo, independentemente de convênio. Solução de Consulta DISIT/SRRF04 nº 4.003, de 2020. Incidência. 3c. Medida Provisória nº 938/2020. Apoio financeiro aos entes federativos que recebem recursos do FPE e do FPM. Mitigação das dificuldades financeiras decorrentes da Pandemia de COVID-19. Incidência. Transferências intergovernamentais legais. Art. 2º, III, da Lei nº 9.715/98. Incidência.

PARECER Nº 272/20-PGE

PROCESSO: PGE 2167/2020

INTERESSADA: Construpetro Empreendimentos Imobiliários LTDA

AUTOR: Francisco José Guardini Nogueira

EMENTA: contrato de locação de salas comerciais e vagas de garagem para procuradoria especial em Brasília. termo aditivo. redução temporária do valor mensal. supressão do reajuste anual. resolução n. 11/20 do grupo gestor de Governo. possibilidade. art. 65, inciso ii, "d" da lei federal nº 8.666/93.

PARECER Nº 273/20-PGE

PROCESSO: PGE 2166/2020

INTERESSADO: ERALDO CONSTRUÇÕES LTDA.

AUTOR: Francisco José Guardini Nogueira

EMENTA: contrato de locação de salas de escritório e vagas de garagem para procuradoria regional de tubarão. termo aditivo. redução temporária do valor mensal. supressão do reajuste anual. resolução n. 11/20 do grupo gestor de governo. possibilidade. art. 65, inciso ii, "d" da lei federal nº 8.666/93.

PARECER Nº 276/20-PGE

PROCESSO: PGE 2175/2020.

INTERESSADOS: Procuradoria-Geral do Estado e Webjur Processamento de dados Ltda.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Contrato de Serviço. Prestação de Serviços de Pesquisa de Publicações e Informações nos Diários de Justiça para a Procuradoria-Geral do Estado. Termo aditivo. Art. 65, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993. Redução do valor do contrato em 15%, pelos próximos dois meses. Redução do Valor do Contrato. Possibilidade.

PARECER Nº 277/20-PGE

PROCESSO: PGE 2283/2020.

INTERESSADOS: Procuradoria-Geral do Estado e Ilha Service Tecnologia e Serviços Ltda.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Contrato de Serviço. Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva de Equipamentos de Informática na Sede e Regionais da Procuradoria-Geral do Estado. Termo aditivo. Art. 65, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993. Supressão de reajuste. Acordo entre as partes. Possibilidade.

PARECER Nº 278/20-PGE

PROCESSO: PGE 2171/2020.

INTERESSADOS: Procuradoria-Geral do Estado e Inova Ar Condicionado Eireli - ME.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Contrato de Serviço. Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Aparelhos de Ar Condicionado da Procuradoria-Geral do Estado, com fornecimento de peças. Termo aditivo. Art. 65, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993. Redução do Valor do Contrato e Supressão de reajuste. Possibilidade.

PARECER Nº 279/20-PGE

PROCESSO: PGE 2170/2020.

INTERESSADOS: Procuradoria-Geral do Estado e Catarinense Ar Condicionado Ltda.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Contrato de Serviço. Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Aparelhos de Ar Condicionado com fornecimento de Peças da Procuradoria Geral do Estado. Termo aditivo. Art. 65, inciso II, da Lei federal nº 8.666,

de 1993. Redução do Valor do Contrato e Supressão de reajuste. Possibilidade.

PARECER Nº 281/20-PGE

PROCESSO: PGE 2169/2020.

INTERESSADOS: Procuradoria-Geral do Estado e Laudeci Felisbino ME.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Contrato de Serviço. Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Aparelhos de Ar Condicionado com fornecimento de peças da Procuradoria-Geral do Estado. Termo aditivo. Art. 65, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993. Redução do Valor do Contrato e Supressão de reajuste. Possibilidade.

PARECER Nº 282/20-PGE

PROCESSO: PGE 2164/2020.

INTERESSADOS: Procuradoria-Geral do Estado e Olaides Barp Fagherazzi.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Contrato de Locação. Locação de Sala Comercial para o funcionamento da Procuradoria Regional de Caçador. Termo aditivo. Art. 65, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993. Redução de Valor e Supressão de reajuste. Possibilidade.

PARECER Nº 283/20-PGE

PROCESSO: PGE 2168/2020

INTERESSADA: CRUZ DE MALTA PARTICIPAÇÕES S/S LTDA.

AUTOR: Francisco José Guardini Nogueira
EMENTA: contrato de locação de salas comerciais e vagas de garagem para procuradoria regional de itajaí. termo aditivo. redução temporária do valor mensal. resolução n. 11/20 do grupo gestor de governo. possibilidade. art. 65, inciso ii, "d" da lei federal nº 8.666/93.

PARECER Nº 285/20-PGE

PROCESSO: PGE 1636/2020.

INTERESSADOS: Procuradoria-Geral do Estado e Califórnia Administradora de Imóveis e Giacomelli Imóveis Ltda.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Locação de Imóvel. Contrato de Locação de Edifício Comercial para o Funcionamento do Anexo II da Procuradoria Geral do Estado. Termo aditivo. Art. 65, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993. Supressão de reajuste. Possibilidade.

PARECER Nº 286/20-PGE

PROCESSO: PGE 1537/2020.

INTERESSADOS: Procuradoria-Geral do Estado e Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC).

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Contrato de Serviço. Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Referentes aos Sistemas Corporativos para a Sede e Regionais

Procuradoria-Geral do Estado. Termo aditivo. Art. 65, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993. Supressão de valor e da cláusula de reajuste. Possibilidade.

PARECER Nº: 288/20-PGE

PROCESSO: SEF 840/2020

ORIGEM: Secretaria de Estado da Fazenda
ASSUNTO: Pedido administrativo. Solicitação de informações de relação de benefícios fiscais concedido às empresas do setor náutico.

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Pedido administrativo formulado por associação empresarial. Solicitação de informações de relação de benefícios fiscais concedidos pelo Estado às empresas do setor náutico. Deferimento pela Ouvidoria-Geral do Estado, confirmado pela COJUR/CGE. Entendimento de sigilo fiscal por parte da DIAT, corroborado pela COJUR/SEF. Divergência de entendimento jurídico por parte de órgãos setoriais dos serviços jurídicos da administração pública estadual. Competência da PGE para dirimir a controvérsia. Art. 5º, VI, do Decreto 724/07. O fornecimento de informações protegidas pelo sigilo fiscal (o conhecimento sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades) depende de requisição da autoridade judicial, ressalvadas as exceções expressamente previstas no art. 198 do CTN. A hipótese do § 2º do art. 198 do CTN, de intercâmbio de informação sigilosa no âmbito da Administração Pública, constitui transferência de informação que assegura a preservação do sigilo. Parecer nº 67/2019, desta COJUR. Prevalência do entendimento da COJUR/SEF. A concessão das informações deve ser devidamente limitada de modo a assegurar o sigilo fiscal.

PARECER Nº 290/20-PGE

PROCESSO: SJC 20399/2019

INTERESSADO: Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa.

AUTOR: Francisco José Guardini Nogueira
Ementa: Concurso público. Solicitação de cumprimento de acórdão. Determinação já contida em Ofício encaminhado pela Procuradoria-Geral do Estado à Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa. Retorno dos autos à origem para adoção das providências administrativas determinadas.

PARECER Nº 291/20-PGE

PROCESSO: SES 49479/2017

INTERESSADO: Audir Pereira.

AUTOR: Francisco José Guardini Nogueira
EMENTA: Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado da Saúde.

Demissão simples. Não apreciação do feito pela Consultoria Jurídica Setorial. Descumprimento dos requisitos legais. Devolução à origem para submissão ao órgão jurídico competente.

PARECER Nº 293/20-PGE

PROCESSO: SEF 5522/2020

INTERESSADO: Secretário de Estado da Fazenda

AUTOR: Marcelo Mendes

EMENTA: Consulta. Manifestação de suspensão de pagamentos devidos no exercício de 2020. Operações de crédito interno. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. Art. 4º da Lei Complementar Federal n. 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

PARECER Nº 298/20-PGE

PROCESSO: SCC 8286/2020

INTERESSADO: Casa Civil

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Pedido de Diligência. Projeto de Lei nº 0165.0/2020, que “Dispõe sobre a garantia de acessibilidade para pessoas surdas e com necessidades especiais relativas à deficiência auditiva por meio de interpretação simultânea em LIBRAS e legendas em todas as transmissões oficiais da administração pública direta e indireta no âmbito da administração pública do

Estado de Santa Catarina”. Ausência de inconstitucionalidade. Inadequação, no plano da legalidade, da utilização do termo “convênio”, exceto na hipótese do art. 199, § 1º, da CFRB.

PARECER Nº 299/20-PGE

PROCESSO: SCC 7164/2019

INTERESSADO: Fundação Educacional de Criciúma (Fucri)

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: Consulta acerca do enquadramento da contratação da Fundação Educacional de Criciúma, mantenedora da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) à exceção contemplada no art.24, XIII da Lei Federal nº 8.666/93. Observância do Princípio da legalidade. Transferências voluntárias mediante convênios ou instrumentos congêneres, nos quais haja previsão de contrapartida. Possibilidade, observadas as restrições constantes do art. 73, VI, “a”. Vedação do inciso VI limitada aos três meses que antecedem o pleito.

PARECER Nº 301/20-PGE

PROCESSO: SES 7120/2017

INTERESSADO: Hospital Regional Hans Dieter Schmidt

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: Processo Administrativo Disciplinar. Analista Técnico em gestão e pro-

moção da saúde. Agente de Serviços Gerais. Furto a bem de paciente internado. Divergência de Pareceres da Comissão Processante e da COJUR/SES. Recomendação de aplicação de penalidade diversa daquelas arrolada no Artigo 59, §1º, da LC 491/2010 – Remessa dos autos à PGE – Impropriedade.

PARECER Nº 302/20-PGE

PROCESSO: PGE 4471/2018

INTERESSADO: Alex Sander de Lima Kross

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Administrativo. Requerente que teve sua motocicleta furtada e posteriormente recuperada pela Autoridade Policial. Cobrança do período em que o veículo ficou custodiado no pátio. Apenas é cabível o pagamento de taxas em caso do cometimento de infração administrativa disposta no CTB. Ausência de previsão legal no âmbito do processo penal. Princípio da Legalidade. Restituição cabível apenas quanto ao valor pago a título de taxa para retirada da motocicleta.